

INVESTIMENTO DE CINCO MILHÕES:

ECOPISTA DO DÃO RECUPERA A LIGAÇÃO EM

A Comunidade Intermunicipal (CIM) Dão Lafões inaugura amanhã e sábado, dia 1 e 2 de Julho, a Ecopista do Dão, a primeira de um pacote de obras emblemáticas projectadas para os próximos meses. Um equipamento que, neste caso concreto, terá reflexos directos em três (Viseu, Tondela e Santa Comba Dão) dos 14 municípios que a integram. Carlos Marta, presidente do organismo e também da Câmara Municipal de Tondela, fala da importância deste equipamento de cinco milhões de euros, de outros que estão na calha para avançar, e da capacidade que a estrutura revela para acolher no futuro novas responsabilidades.

Ao longo desta entrevista, o autarca revela a que pode ser uma imagem de marca da CIM Dão Lafões: a capacidade de aglutinar os eleitos dos 14 municípios em torno do objectivo comum de desenvolver a região.



A reabilitação e transformação do antigo ramal ferroviário do Dão em ecopista é uma espécie de regresso ao passado?

De certa forma sim. É o regresso ao passado graças à relação que foi possível estabelecer entre os três municípios. O ideal seria que o comboio voltasse a passar, para satisfação dos utentes e para uma melhor circulação de bens e mercadorias, mas como não há condições para que isso aconteça, acho que a solução encontrada, no caso a requalificação da antiga linha férrea para caminhadas e bicicletas, é um projecto que merece de facto uma grande satisfação de todos os que estiveram envolvidos na sua concretização.

As mais valias são agora outras...

Exactamente. Vão continuar a circular pessoas, que era a nossa primeira pretensão, com a vantagem acrescida de toda a linha ter fibra óptica instalada pela REFER/Telecom, o que significa que também do ponto de vista tecnológico está preparada para o futuro e para poder levar essa tecnologia aos concelhos de Viseu, Santa Comba Dão e Tondela.

Valeu a pena o esforço?

Foi uma excelente conquista da CIM Dão Lafões que, no mo-

mento certo, soube negociar o pacote do QREN para a região. A ecopista foi um dos projectos intermunicipais que quisemos colocar em primeiro lugar. Conseguimos. É um investimento estruturante muito importante para a região e, em particular, para os três concelhos. Teve ainda o mérito de evidenciar a excelente relação estabelecida entre autarcas, vereadores e técnicos dos municípios abrangidos, sem a qual seria difícil pôr ao serviço das respectivas comunidades uma infraestrutura que vai dinamizar actividades de desporto, lazer, recreio, turismo e economia.

É a maior ecopista a nível nacional. Como vai ser gerida?

Embora a obra seja da responsabilidade da Câmara de Viseu, a autarquia dona do projecto, a total sintonia existente permitiu, através de um protocolo, que a gestão do equipamento seja assegurada pela CIM Dão Lafões de modo a que possa ser projectado em conjunto, de forma harmoniosa, como uma mais valia do ponto

de vista local, regional, nacional e até internacional. Concluímos que é importante que a gestão, animação, promoção e divulgação da ciclovia seja assumida, de forma integrada, por uma única entidade.

Os encargos de manutenção serão reparitados?

Naturalmente. Estamos a contar, também em função da qualidade da infraestrutura, que a CIM possa aceder a fundos estruturais, nacionais e outros, que permitam promover o equipamento de forma eficaz. De qualquer modo, os encargos que venham a surgir, serão articulados e assumidos equitativa e solidariamente pelos três municípios, em função dos quilómetros que cada um tem nesta ciclovia. Uma fórmula, aliás, semelhante à utilizada na fase de construção, quando os três municípios tiveram de assumir a parte do financiamento que não teve cobertura do QREN.

Qual foi o investimento total na ecopista?

Cinco milhões de euros. Quais os projectos que se se-

guem?

Temos vários em andar. É o caso da Rede Urbana de Lazer e Competitividade, a 1ª de Dão Lafões, que envolve, além de seis câmaras municipais, entidades e instituições. Acreditamos que este projecto pode afirmar-se como um importante modelo e âncora do desenvolvimento integrado da região. Ao todo, vão ser investidos cerca de 10 milhões de euros nos concelhos de S. Pedro do Sul, Santa Comba Dão, Nelas, Tondela, Mangualde e Viseu.

Cada concelho tem um projecto adequado à sua espedade?

Exactamente. Neste projecto uma espécie de Polis, terem cubadoras ligadas a várias áreas de desenvolvimento: Biotecnologia (Tondela), Cultura (Viseu), Vinhos (Nelas), Termalismo (Pedro do Sul), Empreendedorismo Social (Santa Comba Dão) e Turismo (Mangualde). Para além disso, existe também a promoção da marca Dão Lafões, que

VISEU TONDELA E SANTA COMBA DÃO



serem órgãos intermédios de gestão, para fazerem exactamente aquilo que o Mais Centro está a fazer neste caso particular. Mas acredito que possam vir a ter um papel ainda mais importante num futuro próximo, recebendo nomeadamente competências em vários domínios, seja na acção social, ordenamento do território, educação e eventualmente no ambiente e na saúde.

Donde surge tamanha convicção?

As CIM são entidades constituídas por eleitos. Temos na nossa comunidade 14 presidentes de câmara eleitos pelo povo. Isso significa que as CIM, de uma forma naturalmente indirecta, têm legitimidade democrática e legitimidade política para poderem, nos seus territórios, dinamizar políticas comuns em vários domínios. Acredito que estas organizações são um bom modelo de descentralização capaz até de substituir a regionalização que tanta gente defende.

Já se fala em transferir para as CIM algumas competências dos governos civis...

Seguramente que há competências que estavam cometidas aos governos civis e a outras instituições que poderão ser transferidas para as CIM. Na área da Protecção Civil, por exemplo, tem toda a lógica que estas entidades possam vir a assumir políticas comuns para os 14 municípios.

A CIM poderá assumir a reivindicação da autoestrada Viseu/Coimbra?

Em determinado momento, bem difícil para o país, os municípios de Tondela, Santa Comba Dão e Viseu, juntamente com Penacova e Coimbra, bateram-se fortemente para que fosse construída a autoestrada Viseu/Coimbra em detrimento da ligação Mangualde/Mira defendida por alguns políticos locais e distritais. A união foi possível em torno de uma infraestrutura muito importante para a região. É natural que esse objetivo se mantenha, embora saibamos que os investimentos públicos nacionais vão ficar em segunda linha devido à crise económica e financeira que o país atravessa. Esperamos que mais tarde ou mais cedo este compromisso se possa concretizar. Até porque, neste caso concreto,

se falamos apenas na autoestrada Viseu/Coimbra, uma via com tagens, o projecto é perfeitamente rentável, ao contrário do que acontece com as SCUTS.

Defende um concurso público específico para esta ligação?

Sim, um concurso específico que permita que haja um compromisso que possa fazer a autoestrada e depois tenha a sua compensação através do utilizador/pagador, assim for, julgo que há condições para que a autoestrada Viseu/Coimbra seja concretizada próximos tempos.

A CIM tem mais de dois de existência. Já é possível fazer um balanço à sua acção?

É extremamente positivo o ponto de vista estratégico e a execução dos diferentes projectos. É indiscutivelmente um modelo de descentralização organização do território e gestão dos fundos comunitários. Também um modelo que permitiu uma excelente articulação conjunção de esforços entre 14 municípios independentemente das suas opções ideológicas partidárias. Coordenação, colaboração, respeito são princípios que permitiram à CIM Dão Fões atingir os seus objectivos colocando sempre o interesse regional acima de quaisquer interesses.

É um organismo de gestão iminentemente técnico...

Sem dúvida. Temos gente muita qualidade a dar o seu lhor, a começar, desde logo, o secretário-executivo, Nuno Iinho, que tudo tem feito apoiar os municípios no seu andarem para a frente.

O papel da assembleia municipal tem sido relevante?

Sem dúvida. Não são apenas os 14 municípios que concorrem para o sucesso da CIM. A assembleia Inter municipal, que representa de todas as freguesias partidárias (BE, CDS, PP, F PSD), tem assumido um papel grande responsabilidade em todas as decisões tomadas. Reforça aos planos de actividade e investimentos, infra-estruturas e investimentos que têm merecido a sua atenção unânime deste órgão, o que confirma a conjugação de esforços e a sintonia existente em torno do desenvolvimento integrado da vasta região.

sob a alçada da CIM, em conjugação com o Turismo do Centro de Portugal, a que se juntarão projectos individuais como são os casos da Acert, Teatro Viriato, ARRY, neste caso com projectos ligados à inovação e às energias renováveis.

Tudo isto para dizer que há muitos investimentos relevantes em carteira que permitirão à região dar um salto qualitativo tendo em vista os novos desafios do futuro.

Não teme que a situação difícil do país condicione projectos já contratualizados?

Naturalmente que estamos preocupados com a situação do país e com o que possa vir a acontecer num futuro próximo. Mas também temos consciência que se não forem os investimentos a concretizar com o apoio do QREN, muito dificilmente as empresas e os municípios poderão concretizar, num futuro de médio prazo, qualquer tipo de investimento.

Acho, portanto, que a aposta passa pela capacidade que demonstramos de aproveitar ao máximo os recursos disponíveis, sem an-

teciar cenários, sempre com os olhos postos na vontade de atrair e gerar riqueza e desenvolvimento para a nossa região.

A CIM tem vindo a revelar uma grande capacidade de execução. Isso pode permitir-lhe deixar mão a novos recursos financeiros?

Registámos uma excelente execução física e financeira em 2010, ano em que fomos a segunda CIM a nível nacional e a primeira na Região Centro a esse nível. Acreditamos, por isso, que há possibilidades de acedermos a novos investimentos e a novas candidaturas através da Bolsa de Mérito, definida no memorando de entendimento entre a ANMP e o anterior governo. Contudo, com a tomada de posse do novo elemento governativo, temos de aguardar para conhecer quais serão as orientações estratégicas nesta área concreta.

As CIM podem vir a ser chamadas a gerir os fundos comunitários?

As CIM foram criadas para